

VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

CNPJ Nº 38.364.749/0001-90
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM MILHARES DE REAIS

Ativo	Balancos patrimoniais			Passivo	Demonstrações dos resultados			Descrição	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
		(não auditado)	(não auditado)			(não auditado)				(não auditado)	
Circulante				Circulante			Receita líquida de venda e prestação de serviços	16	321.154	2.832	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	6	72	777	Fornecedores	11	35.249	6.818				Renda antes do imposto de renda e contribuição social
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	23.523	14.770	Obrigações trabalhistas	12	278	160				30.472
Contas a receber	8	102.527	1.200	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.074	130				459
Estoques	9	27.711	2.114	Tributos a recolher		1.074	3				1.369
Tributos a recuperar		1.214	121	Adiantamentos de clientes		19.344	-				-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		33	15	Dividendos a pagar	15.2	12.673	-				210
Outros ativos		806	-	Outras contas a pagar		6.275	19				-
		155.886	18.997			77.140	7.130				23
				Não circulante							459
				Arrendamentos por direito de uso	12	2.248	806				32.074
						2.248	806				
				Total do passivo		79.388	7.936				
				Patrimônio líquido							
				Capital social	15.1	82.900	15.000				
				Adiantamento para futuro aumento de capital							
				Lucros acumulados		33.700	33.700				
				Total do patrimônio líquido		125.086	15.327				
				Total do passivo e patrimônio líquido		204.474	23.263				

Descrição	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)					
Integralização de capital		15.000	-	-	15.000
Lucro líquido do período		-	-	327	327
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		15.000		327	15.327
Lucro líquido do exercício		-	-	21.383	21.383
Aumento de capital	15.1	67.900	-	-	67.900
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	33.700	-	33.700
Distribuição de dividendos intercalares	15.2	-	-	(9.228)	(9.228)
Distribuição de dividendos intermediários	15.2	-	-	(327)	(327)
Distribuição de JSCP	15.2	-	-	(3.669)	(3.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		82.900	33.700	8.486	125.086

1. Contexto operacional A Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda., sociedade empresarial limitada constituída em 08 de setembro de 2020, com sede em Rio Verde Estado de Goiás, localizada na Avenida Carinhão Cunha N° 1521, Cidade Empresarial Nova Aliança, cujo objeto social é o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, transporte rodoviário de carga, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, pneumáticos e câmaras de ar, locação de máquinas e implementos agrícolas e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A controladora final é a Simpar S.A. ("Simpar"), controladora indireta Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos") e a controladora direta Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda ("Linha Amarela") que detém 100% do capital social. **1.1 Reorganização societária** Em 29 de outubro de 2021, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e quotas e outras avenças, entre a Vamos Locação ("Vendedora") e sua controlada direta Vamos Linha Amarela ("Compradora"). Esse contrato celebrou a transferência de ações e quotas representativas de 100% do capital social da Vamos Agrícolas que passou a ser controlada indireta da Vamos Locação. Nessa transação não houve ganho, perda ou ágio entre as partes por se tratar de transações entre entidades do mesmo Grupo. **1.2 Situação da COVID-19** A Empresa continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Para a emissão destas demonstrações financeiras anuais, foi analisado o cenário até agora vivido, com o intuito de identificar eventuais indicativos de perdas que pudessem impactar em suas estimativas, julgamentos e premissas, a recuperabilidade dos seus ativos, e a mensuração das provisões apresentadas. Foram considerados inclusive, os eventos subsequentes ocorridos até a data de aprovação para emissão das demonstrações, e não foram identificados indicativos de perdas. **1.3 Sustentabilidade e meio ambiente** A gestão da Empresa promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e alinhadas no propósito da sua controladora Vamos Locação, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. O setor de concessionárias, setor em que a Empresa está inserido, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos sólidos contaminados em suas oficinas próprias, ambas as temáticas constam em nossa matriz de materialidade. **Estratégia de descarbonização** O plano estratégico da Empresa e alinhado ao de sua controladora Vamos Locação para reduzir seu impacto na emissão de CO2, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de caminhões elétricos ou movidos a biometano; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Redução e compensação das nossas emissões escopo 1 e 2; • Ofertar programa de compensação de emissões para nossos clientes, reduzindo nosso escopo 3, até que tenhamos soluções de baixa emissões economicamente viável e escalável. Atenta aos riscos e oportunidades e possíveis impactos em relação as mudanças climáticas, a Empresa alinhada a sua controladora Vamos Locação busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. **Gestão de recursos naturais** Em relação a gestão de resíduos a Empresa dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados nas suas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias. Foi adotado, como procedimento interno, a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de reciclagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de refinatório, por empresa especializada, permitindo o reuso. Além disso, visando reduzir o pacto gerado pelos resíduos contaminados, foi firmada uma parceria com a empresa especializada a fim de contar com uma plataforma de gerenciamento on-line, garantindo maior transparência na formalização dos dados dos resíduos gerados, sendo que no exercício de 2021, 100% das unidades com oficinas próprias utilizaram essa plataforma e reportem os indicadores, garantindo correta destinação dos resíduos gerados. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas** **2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa e, também, sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Instrumentos financeiros 2.3.1. Ativos financeiros a) Reconhecimento e mensuração** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda não desreconhecimento é reconhecido no resultado. **c) Desreconhecimento** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.3.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **a) Desreconhecimento** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou extirpa. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo

passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.3.3. Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida útil do ativo. A Empresa utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, negociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de ("impairment") aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. **2.4. Mensuração ao valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 5.2. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.5. Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 meses. **2.6. Imobilizado a) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos correntes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos contém o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas na nota explicativa 10. A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas da vida útil econômica utilizada para determinação das taxas de depreciação e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.7. Arrendamentos** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatário** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinado na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário

exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação ("TI"). A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca, quando aplicável, a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Empresa atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente para alocar a contraprestação no contrato. A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.e e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e executível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.9. Provisões 2.9.1. Geral** Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.9.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia dos tribunais, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Receitas de contratos com clientes** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.10.1. Receita de vendas de veículos e peças a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme CPC 47** A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por três meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. **2.10.2. Receita de prestação de serviço a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos** A Empresa presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** A receita é reconhecida em momento específico do tempo conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamento apresentado pela Empresa ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente. **2.11. Benefícios a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esses montantes em função de serviço passado por produto de empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.12. Capital social 2.14.1 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capi-

tal próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de ativos financeiros; b) mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 8; b) Imobilizado (definição da vida útil) – nota explicativa 12; c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19; **4. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 a) Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros" - A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Empresa, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **b) Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação (1º de janeiro de 2021). **Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: **a) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado":** revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **b) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; **c) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios":** revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022; **d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** as seguintes alterações – como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: **(i)** CPC 06(R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **e) Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. **f) Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" aos invers de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **g) Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **h) Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e

Continuação...	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	72	72	777	777
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	23.523	23.523	14.770	14.770
Contas a receber	102.527	102.527	1.200	1.200
Outros créditos	156	156	-	-
Total	126.278	126.278	16.747	16.747
Passivos Financeiros				
Fornecedores	35.249	35.249	6.818	6.818
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.526	966	966
Outras contas a pagar	6.275	6.275	19	19
Total	44.050	44.050	7.803	7.803

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e **Nível 3** Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	64	64	-	777	777
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	9.939	-	9.939	14.157	-	14.157
LTN - Letras do Tesouro Nacional	13.584	-	13.584	613	-	613
Total	23.523	64	23.587	14.770	777	15.547

Os instrumentos financeiros cujos valores se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada da seguinte forma:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	9,15	11,20	11,79	11,00	10,61	10,61	10,72

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021. **5.3 Gerenciamento de riscos financeiros** A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Empresa faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora direta Vamos para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. a) **Risco de crédito** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de rating, conforme demonstrado abaixo:

Nomenclatura	Rating em Escala Local "Br"	
	Qualidade	Prime
AAA		
AA+, AA, AA-		

Operação

Demais operações - pós-fixadas	31/12/2021		Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
	Exposição	Exposição					
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	64	Aumento CDI	11,79%	8	10	12	
Títulos e valores mobiliários - LFT	9.939	Aumento da SELIC	11,79%	1.172	1.465	1.758	
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixada	10.003			1.180	1.475	1.770	
Demais operações - Pré-fixadas							
Títulos e valores mobiliários - LTN	13.584	Pré-fixado	11,79%	1.602	1.602	1.602	
Arrendamentos por direito de uso	(2.526)	Pré-fixado	11,79%	(298)	(298)	(298)	
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixada	11.508			1.304	1.304	1.304	
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	21.061			2.484	2.779	3.074	

Transações com partes relacionadas	31/12/2021		31/12/2020	
	Locação e serviços prestados	Locação e serviços tomados	Locação e serviços prestados	Locação e serviços tomados
Vamos Locação	1.699	3.577	1.699	(3.574)
Vamos Máquinas	234	(273)	-	-
Monarca	7	(7)	-	-
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	-	-	-	-
Simpar	-	-	-	-
JSL S.A.	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	1.621	-	(1.621)
Madre Seguros	38	21	-	(8)
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	-	(6)
Movida Participações S.A.	-	(46)	-	-
Total	1.978	5.219	(1.979)	(5.255)

14. Imposto de renda e contribuição social 14.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido ativo	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	Outras provisões	Total do imposto diferido ativo	Total débitos fiscais, líquidos
Provisão para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	71	-	-	-
Outras provisões	61	-	-	-
Total do imposto diferido ativo	132	132	132	132

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2021
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	132	132	132	132
-	132	132	132	132

14.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31/12/2021		31/12/2020	
	Alíquotas nominais	IRPJ e CSLL calculados	Alíquotas nominais	IRPJ e CSLL calculados
30.472	34%	459	34%	459
(10.360)	24	(156)	24	(156)
1.247	(9.089)	(132)	1.247	(9.089)
9.221	132	(132)	9.221	132
(9.089)	28,76%	(132)	28,76%	(132)

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

15. Patrimônio líquido 15.1 Capital social Em 30 de setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital de R\$67.900, mediante a criação de 67.900.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$1,00 cada uma. Desta forma, o capital social passa de R\$15.000, divididos em 15.000.000 quotas para R\$82.900, divididos em 82.900.000 quotas.

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	31/12/2021		31/12/2020	
	Integralização de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	Integralização de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)
-	15.000	15.000	-	-

Aos Administradores e quotistas Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade**

A+, A, BBB+, BBB, BBB-, BB+, BB, BB-	Grau de Investimento Médio Elevado		Grau de Investimento Médio Baixo	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
B+, B, B-				
CCC				
DDD, DD, D				

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

Valores depositados em conta corrente	31/12/2021		31/12/2020	
	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)
Br AAA	64	777	64	777
Total de aplicações financeiras	64	777	64	777
Total de caixa e equivalentes de caixa	72	777	72	777

Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Br AAA	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
23.523	23.523	14.770	14.770	

Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras 23.523 14.770

ii. **Contas a receber** A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão específica taxa de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.1. **b) Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direito de uso e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros. **Risco de variação de taxa de juros** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos e aos arrendamentos por direito de uso da Empresa, sujeitas a taxas de juros conforme nota explicativa 5.4. **c) Risco de liquidez** A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Empresa é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.4 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.5 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.6 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.7 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.8 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249	35.249	35.249	-	-
Arrendamentos por direito de uso	2.526	2.824	1.541	949	334
Outras contas a pagar	6.275	6.275	6.275	-	-
Total	44.050	44.348	43.065	949	334

5.9 Análise de sensibilidade A Administração Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros: • CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3); e • SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Fluxo contábil	31/12/2021				
	Contábil	Fluxo contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	35.249				